

## REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA LIBERAL MACPHERSONIANA.

### 1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho desdobra-se em duas partes. Primeiramente, farei um resumo sobre a obra de C. B. MACPHERSON, "A Democracia Liberal. Origens e Evolução", procurando dar uma idéia de cada um dos quatro modelos de democracia desenvolvidos pelo autor, consistentes em: Democracia Protetora; Democracia Desenvolvimentista; Democracia de Equilíbrio e Democracia Participativa. Logo a seguir, passarei a refletir sobre os modelos propostos, cuidando mais especificamente do modelo 4, "Democracia Participativa", que é o modelo preconizado pelo próprio Macpherson.

### 2. Resumo:

O presente é um resumo sobre MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio Zahar Editores, 1978.

ANTÔNIO MARIA ISERHARD  
(MESTRANDO DO CPGD/UFSC;  
PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DE  
SANTA CRUZ DO SUL).

Macpherson destaca a essência da democracia liberal como é concebida, como tem sido e como pode ser, tendo por principal interesse o exame dos limites e possibilidades da democracia liberal em termos de modelos.

Anota que o signo liberal pode traduzir a liberdade do mais

forte para derrubar o mais fraco, consoante as regras do mercado ou pode significar de fato igual liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades e que a democracia liberal tudo fez para combinar os dois significados.

Escolhe três modelos que foram por certo tempo o modelo vigente, ou seja, foram os modelos aceitos por aqueles que eram inteiramente favoráveis à democracia, interessando-se quanto ao possível futuro da democracia liberal, atentando para as relações entre as instituições democráticas e a estrutura subjacente da sociedade.

Observa que a principal tradição ocidental até os séculos XVIII e XIX era não democrática ou antidemocrática, inavendo uma divisão em classe sociais, que o conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos descobriram razões para acreditar que “cada homem um voto” não seria arriscado para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes.

Vê a sociedade sem classes, como uma democracia utópica, precursora da democracia liberal, ressaltando que no mundo antigo houve algumas democracias notáveis, sendo a mais expressiva a de Atenas. Toma como exemplos marcantes da democracia do século XVIII Rosseau e Jefferson, os quais reivindicavam uma sociedade de produtores independentes e não uma sociedade dividida em assalariados dependentes e proprietários de terra e capital.

O autor fez esse breve exame dos modelos de democracia anteriores ao século XIX, para amparar a sua generalização de que todos eles se ajustavam a uma sociedade sem classes ou a uma sociedade de classe única.

A seguir, passa a examinar três modelos sucessivos de democracia liberal, os quais prevaleceram alternadamente desde inícios do século XIX até o presente. Por fim, examina as perspectivas de um quarto modelo.

### *2.1. Modelo I — Democracia Protetora:*

O modelo I, denominado “Democracia Protetora”, ressalta que os primeiros formuladores da democracia liberal vieram a defendê-la mediante uma cadeia de raciocínio, que partia do pressuposto de uma sociedade capitalista de mercado e as leis da economia polí-

tica clássica, cujos postulados lhes deram um modelo do homem (como maximizador de utilidade) e um modelo de sociedade (como um conjunto de indivíduos com interesses conflitantes).

A democracia liberal iniciou com Bentham e James Mill. O único critério defensável de bem social era a maior felicidade do maior número, tomando-se felicidade como sendo a quantidade de prazer individual menos sofrimento. Cada um procura maximizar sua própria riqueza indefinidamente, através da aquisição do poder sobre outros.

O autor observa que a teoria geral de Bentham estava profundamente penetrada de pressupostos burgueses, não tendo percebido a diferença entre a maximização da riqueza e a maximização da utilidade, que os modelos dos quais partiam os pensadores do século XIX era um sistema de governo representativo, incumbindo-lhes resolver sobre que dispositivos quanto ao grau e autenticidade das franquias produziram tantos governos que fomentassem uma sociedade de mercado livre como também protegesse os cidadãos contra o governo, sendo as razões em favor de um sistema democrático de natureza puramente protetora.

Para James Mill, o voto era um poder político, dele todos necessitando para sua auto-proteção. Nada a não ser "uma pessoa um voto", podia em princípio proteger todos os cidadãos contra o governo. Após argumentar em favor do sufrágio universal, suscitou a questão das exclusões, observando Macpherson que tanto Mill quanto Bentham talvez estivessem interessados primordialmente na reforma eleitoral que prejudicaria o interesse dominante da pequena classe proprietária de terra e endinheirada, que tinha pleno controle antes da Lei da Reforma de 1832.

## *2.2. Modelo 2 — Democracia Desenvolvimentista:*

Este modelo surgiu da reação humanista contra o modelo 1, inicialmente por John Stuart Mill.

Macpherson atenta para duas mudanças em meados do século XIX, que impunham à atenção dos pensadores liberais. A primeira, era que a classe trabalhadora começava a parecer perigosa à propriedade; a segunda, era que as condições da classe trabalhadora se tornavam ostensivamente desumanas. Tais mudanças levaram o

jovem Mill ao modelo 2, pois ele estava convencido de que os trabalhadores não podiam ser calados ou detidos por muito mais tempo.

Mill não se desapercebeu da função nitidamente protetora de uma franquia democrática, mas viu algo ainda mais importante a ser protegido, que o povo contra o governo, viu as probabilidades de melhoria da humanidade, distinguindo-se do modelo 1, pela visão moral da possibilidade de aperfeiçoamento da humanidade e de uma sociedade livre e igual, ainda não conseguida.

O autor diz que Mill foi menos realista quanto à estrutura necessária da sociedade capitalista, em seu modelo 2A, pois achava acidental e remediável a desigualdade de classes existentes, percebendo que era incompatível com sua democracia desenvolvimentista, sendo duplamente irrealista no modelo 2B, pois deixava de captar as necessárias implicações da sociedade capitalista.

Mill acreditava que as sociedades modernas estavam divididas em duas classes antagônicas, quais sejam, a classe trabalhadora e a classe empregadora. Sendo a primeira a mais numerosa, recomendou um sistema de voto plural para os membros da classe menor, evitando a imposição de uma legislação classista ou a superação de uma classe pela outra, opondo-se, destarte, à máxima "uma pessoa um voto".

Segundo Macpherson, o modelo de Mill é um passo atrás ao modelo 1, que estipulara em princípio pelo menos "cada pessoa um voto" mas que em sua dimensão moral o modelo 2 é mais democrático que o modelo 1, pois o modelo 2 não se satisfaz com os indivíduos tal como eles são, como o homem indefinidamente consumidor e apropriador ele quer avançar para uma sociedade de indivíduos mais humanamente desenvolvidos e de modo mais igual, fazer com que as pessoas atinjam a meta por si mesmas, tornando-as capazes de mais participação e mais desenvolvimento pessoal.

Mill comentava a relação existente entre o capital e o trabalho que aviltava tanto o capitalista como o trabalhador, acreditando não poder existir uma sociedade decentemente humana até que essa relação fosse transformada, para o que depositava esperanças nas cooperativas de produtores, onde os trabalhadores se tornassem seus próprios capitalistas.

Macpherson assinala que o revezamento das classes foi impe-

dido pela atuação do sistema partidário em todas as democracias ocidentais e que a principal função do sistema partidário, desde o advento da franquia democrática, tem sido a de amenizar o conflito de classes. Observa que Mill havia percebido a contradição entre seu ideal desenvolvimentista e a sociedade dividida em classes, tendo falhado em resolvê-la e que os teóricos da primeira metade do século XX cada vez menos se ocuparam de classes e exploração.

### 2.3. Modelo 3 — Democracia de Equilíbrio:

A “Democracia de Equilíbrio” foi o modelo prevalecente no mundo ocidental nos meados do século XX, em substituição ao modelo 2.

O modelo 3 apresenta o processo democrático como um sistema, que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos. Tendo sido formulado pela primeira vez por Joseph Schumpeter, em 1942, traz como principais conceitos: que a democracia é simplesmente um mecanismo para escolher e autorizar governos, e não uma espécie de sociedade, nem um conjunto de fins morais; que o mecanismo consiste de uma competição entre dois ou mais grupos escolhidos por si mesmos de políticos, agrupados em partidos políticos. Os votantes ao escolherem entre partidos políticos manifestam seu desejo por um punhado de bens políticos de preferência a outros.

Macpherson atenta para o esvaziamento do conteúdo moral introduzido pelo modelo 2, por parte do modelo 3, pois a democracia é tão-somente um mecanismo de mercado, cujos consumidores são os votantes, os políticos e os empresários. Mostra que o sistema encarnado pelo modelo 3 como mercado político, não é tão democrático como se fez crer, pois o equilíbrio que ele produz é um equilíbrio na desigualdade, sendo a soberania do consumidor uma ilusão, e na medida em que o poder aquisitivo político é dinheiro, dificilmente se poderá dizer que o processo equilibrador é democrático numa sociedade como a nossa, em que há considerável desigualdade de riqueza e chances de adquiri-la.

Observa, ainda, que o mercado político deste modelo longe está de ser concorrencial, porque é um mercado oligopólio, havendo uns poucos partidos políticos.

## 2.1. Modelo 4 — Democracia Participativa:

O modelo 4, “Democracia Participativa”, é o proposto pelo autor, acentuando que uma sociedade mais equânime e mais humana exige um sistema de mais participação política.

Alude, que parece claro em nível nacional dever haver certo tipo de sistema representativo e não democracia completamente direta pois alguém deve formular as questões, competindo a decisão destas ao organismo governamental. Faz notar, que a iniciativa popular poderia formular claras questões sobre assuntos simples, tais como a pena de morte e o aborto, questões que exigem respostas simples, sim ou não, mas que a iniciativa popular não poderia formular adequadas questões sobre os grandes problemas de política social ou econômica em geral, realçando que nada podemos sem políticos eleitos, daí devermos confiar na democracia indireta, e que o problema é tornar responsáveis os políticos.

Assevera Macpherson, que o principal problema quanto à democracia é como atingi-la, apontando como um dos requisitos para a consecução de tal tarefa, a mudança da consciência do povo, ou seja, passar de essencialmente consumidor a executor e desfrutador da execução e desenvolvimento, devendo, ainda, existir um sentimento comunitário mais forte. Outro pré-requisito apontado é uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica, o que somente será conseguido com uma participação democrática muito maior, pois só com o desenvolvimento completo na ação política conjunta pode o povo ultrapassar sua consciência de si mesmo como consumidor e apropriador.

Macpherson atenta para as dificuldades econômicas enfrentadas pelo capitalismo na década presente, devendo-se este fracasso, simultaneamente, aos altos índices de inflação e desemprego.

Afirma que a consciência cada vez mais do ônus do crescimento econômico, as dúvidas crescentes quanto à capacidade do capitalismo financeiro de satisfazer as expectativas do consumidor enquanto reproduzindo a desigualdade e a crescente consciência dos custos da apatia política, estão contribuindo para atingir as condições da democracia participativa, conduzindo a uma queda da consciência do consumidor, a uma redução da desigualdade de classes e ao aumento na participação política atual.

Propõe como modelo mais simples de democracia participativa, o sistema piramidal com democracia direta na base e por delegação em cada nível depois dessa base, acentuando que este modelo simples não comporta partidos políticos, em vista do sistema a-partidário ou de partido único.

Macpherson diz que o fator mais importante é a existência de partidos políticos e que a combinação de um aparelho democrático piramidal direto e indireto com a continuação de um sistema partidário parece essencial.

Finalizando, acentua que esse modelo de democracia participativa pode ser chamado de democracia liberal, de vez que não é ditatorial ou totalitário e que a certeza disso não é a existência de partidos alternativos, que poderão desaparecer, mas concebe outros meios de participação pelos cidadãos, exigindo o modelo 4, um gradativo afastamento da imagem do homem como consumidor maximizante e uma grande redução da atual desigualdade econômica e social.

### 3. REFLEXÕES:

A obra de Macpherson, "A Democracia Liberal. Origens e Evolução", consoante o expendido no resumo, apresenta 4 modelos de Democracia, os quais o autor desenvolve, precedidos de um breve esboço histórico das democracias anteriores ao século XIX, em que prevalecia uma sociedade sem classes ou sociedade de classe única.

Não constitui pretensão de nossa parte refletir sobre os modelos anteriores ao século XIX, mas sim de procurar recolocar os três primeiros modelos, observando a ordem arrolada pelo autor, procurando realçar o que de mais importante reputamos chamar a atenção, detendo-nos mais demoradamente no modelo 4, "Democracia Participativa", especialmente no que tange ao sistema representativo, democracia indireta, mudança da consciência do povo, diminuição da desigualdade social e econômica, participação política, partidos políticos e responsabilidades dos políticos.

O modelo 1, Democracia Protetiva, apresenta uma base utilitarista, cujos precursores foram Bentham e James Mill, para os quais o único critério defensável de bem social era a maior felicidade do

maior número, tomando-se a felicidade como a quantidade de prazer individual menos sofrimento. Ora, o utilitarismo assim colocado em sua forma clássica, não atenta para a distinção profunda existente entre as pessoas, as quais têm hábitos, maneiras e gostos diferentes, apresentando-se como um utilitarismo hedonista em que procura maximizar a maior soma de prazeres. É de se perguntar como se daria a distribuição de bens neste modelo de democracia, qual seria o método a ser utilizado.

O modelo 2, Democracia Desenvolvimentista, tem como iniciador John Stuart Mill, que via o homem não como um ser apropriador e consumidor, mas sim com possibilidades de desenvolvimento, pois acreditava na melhoria da humanidade e numa sociedade de indivíduos mais desenvolvidos humanamente e mais igualitários. Faz-se notar, portanto, a dimensão moral deste modelo, neste particular mais democrático do que o modelo 1. É preciso que se diga, que Mill também era um utilitarista, porém adotava um critério de escolha de valor nas atividades por parte do homem, opondo-se a toda forma de paternalismo.

O modelo 3, Democracia de Equilíbrio, formulado pela primeira vez por Joseph Schumpeter, vê a democracia como um mecanismo de mercado, procurando manter certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bem político, cujos consumidores são os votantes e os políticos são os empresários. Se nos apresenta em tal modelo, uma maneira maniqueísta de ver a democracia, reduzindo-a, assim, em termos de mercado, o que esvazia o conteúdo moral de tal modelo, consoante assevera Macpherson, pois é de se indagar que tipo de modelo democrático se pretende com tal equilíbrio desigual, vez que temos políticos de um lado e empresários do outro.

Finalmente, Macpherson propõe o modelo 4, Democracia Participativa, no afã de conseguir uma sociedade mais equânime e mais humana, através de mais participação política.

Antes de especularmos sobre os requisitos necessários para a verificação do modelo de democracia participativa, convém ter presente que em nossas sociedades hodiernas prevalece o sistema representativo, pelo qual chegaremos ou não a uma democracia indireta.

É preciso que se frise, que dada a complexidade de nossas sociedades, não mais é possível o sistema de democracia direta, a



exemplo da antiga Atenas em que as discussões políticas eram travadas em praças públicas.

Macpherson assevera, que o principal problema quanto à democracia é como obtê-la, apontando como requisitos a mudança da consciência do povo e uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica. Ao refletir sobre estes requisitos, entendemos que a consciência popular poderá ser alterada na medida em que o próprio povo participar mais da ação política. Não desconhecemos a heterogeneidade da nossa sociedade, plurifragmentada em classes sociais, econômicas e culturais, abarcando enormes diferenças, daí se fazer imperiosa uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica.

É dado incontestável, passível de verificação empírica, que os bens estão muito mal distribuídos em nossa sociedade. Frise-se, desde logo, que não quero com isto propugnar que deva haver uma igualitária distribuição da riqueza, em que houvesse rigorosa paridade social, pois tal tipo de sociedade seria, por si só, totalitária. O que procuro atentar, em concordância com o autor, é para uma redução dessas desigualdades econômicas e sociais. Acresço que tal medida, ensejaria a que os seres humanos tivessem condições mínimas de ostentar sua vida condignamente, em que o mínimo de sobrevivência lhes fosse assegurado o que não se constata em nossos dias.

Penso que este requisito da diminuição das desigualdades econômicas e sociais, está umbilicalmente ligado ao da maior conscientização, pois aquelas somente serão amenizadas na medida em que se obtiver uma maior conscientização de todos para a sensibilidade social e econômica de tais problemas.

Estamos vivendo num mundo de predominância nitidamente econômica, em que as relações econômicas se tornaram internacionalizadas, às quais nada parece opor resistência, avassalando sobremodo o homem, que vai perdendo o sentido do social. Como mudar este estado de coisas? Penso que a solução está no próprio homem, observando que a nossa sociedade padece de uma crise de valores em que privilegiamos muito o "ter" e tão pouco, o "ser".

O autor propõe como modelo mais simples de democracia participativa, o sistema piramidal com democracia direta na base e por delegação em cada nível após essa base, assinalando que o

lutor mais importante é a existência de partidos políticos. Pelo que já expus anteriormente, ratifico que nossas sociedades modernas não comportam uma democracia direta, daí ser necessária a existência de partidos políticos, os quais por sua vez servirão de canais de participação dos cidadãos nas decisões políticas.

Diante de nossa grande instabilidade partidária, em que crassa a falta de compromissos de nossos representantes para com o povo, urge que se responsabilize tais representantes, pois é incontestável o direito de o povo ver os seus lícitos e legítimos interesses satisfeitos.

Declinados todos estes problemas, no intuito de colimar uma democracia realmente participativa, deduz-se que a realização da democracia permeia as relações sociais, econômicas e culturais, devendo, portanto, ser encontrada na complexidade de tais relações, o que exige para tanto, uma maior conscientização do homem como ser social, cultivador de valores, crenças e hábitos, que o tornem moralmente digno.

A democracia deverá ser concebida como um constante caminho a ser trilhado a cada momento, pois integra o nosso “modus vivendi”